



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social

Sub-Eixo: Educação

PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA FEDERAL: A CONTRIBUIÇÃO DOS/AS ASSISTENTES SOCIAIS PARA A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO

Eliana Vieira Turibio¹
Eloisa Helena Santos²

Resumo: Esta pesquisa apresenta uma análise sobre ações dos/as assistentes sociais diante da necessidade de aprimoramento da participação social em uma instituição pública de ensino superior. A Gestão Democrática da Educação é uma dimensão em que é possível a inserção de assistentes sociais, mas também um desafio por ser um espaço carente de reflexões teóricas e de sistematizações de práticas profissionais.

Palavras-chave: Instituição Pública de Ensino Superior. Participação Social. Atuação do/a Assistente Social.

Abstract: This research presents an analysis about the action of social workers in view of the need to improve social participation in a public institution of higher education. The Democratic Management of Education is a dimension where it is possible to include the social workers, but also a challenge because it is a space lacking theoretical reflections and systematizations of professional practices.

Keywords: Public Institution of Higher Education. Social Participation. Action of Social Worker.

INTRODUÇÃO

A normatização e a regulamentação³ do princípio da gestão democrática da Educação⁴ representaram mudanças nas relações sociais e políticas nas instituições públicas de ensino com a democratização do poder nos espaços internos de tomada de decisões. Esse termo, que abrange tanto a gestão da política educacional quanto a gestão de instituições escolares, traz em si a possibilidade de processos participativos que envolvam a comunidade escolar (estudantes, professores/as, trabalhadores/as da educação), a sociedade civil e também o mercado. A oportunidade de aperfeiçoar o diálogo entre os gestores e os segmentos que compõem a comunidade escolar se apresenta com esta democratização da gestão da educação, preconizada na Constituição Federal de 1988 (CF/1988, art. 206, inciso VI), posteriormente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996) e também no atual PNE 2014-2024, que requer um

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal de Minas Gerais, E-mail: vieiraturibio@yahoo.com.br.

² Professor com formação em Serviço Social, Centro Universitário UNA - Belo Horizonte, BRASIL, E-mail: vieiraturibio@yahoo.com.br.

³ Ocorridas por meio da Constituição Federal de 1988 (CF/1988, art. 206, inciso VI), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/1996) e do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024.

⁴ Este tema foi tratado em Turibio, Santos (2015) e Turibio, Santos (2017)

processo de tomada de decisões realizado por meio de debates coletivos que gerem maior legitimidade e concretude no cotidiano, emancipação e transformação individual e social.

Os/as profissionais de Serviço Social também estão inseridos nesta Política Pública. Existem assistentes sociais atuando em escolas de educação básica e superior em nosso país. A inserção destes/as profissionais na Política de Educação não é novidade, mas tem assumido faces diferenciadas ao longo de sua história.

Para o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), atualmente, há três dimensões que justificam a inserção de assistentes sociais nos espaços em que se organiza ou se materializa a Política de Educação. São elas: a “ampliação das condições de acesso e de permanência em diferentes níveis e modalidades de educação”, a “garantia da qualidade na educação” e a “garantia da gestão democrática da escola e da Política de Educação”. (CFESS, 2013). Esta última dimensão requer dos/as assistentes práticas de intervenção que visem contribuir para que os processos participativos sejam concretizados institucionalmente.

Entre os compromissos político-profissionais dos/as assistentes sociais estão a ampliação da cidadania e a defesa da democracia, pressupostos básicos para a construção de um padrão de sociabilidade regido por valores democráticos e que requer “a redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, a economia e a sociedade, o que depende de uma crescente participação ativa da sociedade civil organizada”. (IAMAMOTO, 2009, p. 368). Esta autora também afirma como ação fundamental dos profissionais de serviço social o estímulo a “*inserções sociais que contenham potencialidades de democratizar a vida em sociedade [...]*” (IAMAMOTO, 2009, p.361, grifo do autor). O que requer uma proposta de atuação com “ações voltadas ao fortalecimento dos sujeitos coletivos, dos direitos sociais e à necessidade de organização para a sua defesa, construindo alianças com os/as usuários/as dos serviços na sua efetivação” (IAMAMOTO, 2009, p.361, grifos do autor).

A especificidade do trabalho do/a assistente social estimula a uma reflexão sobre as habilidades e atribuições requeridas para sua atuação junto ao cidadão no campo da Política de Educação. Ao mesmo tempo, incita à consideração dos ditames do projeto ético-político da categoria profissional e sua relação com a demanda institucional, o que envolve um constante exercício reflexivo de articular dimensões. Esse exercício de percepção das dimensões universais e particulares, contidas nas necessidades individuais, realiza-se no espaço ocupacional daquele/a profissional que se dispõe a interpretar e decodificar tais demandas, transformando-as em alvo de intervenção e conseqüentemente materialização do seu projeto ético-político profissional. (IAMAMOTO, 2012).

Esses são alguns fatores que suscitaram esta pesquisa que compõe a dissertação de mestrado de uma das autoras e cuja questão central se constituiu em: Como tem sido a atuação dos/as assistentes sociais de uma instituição pública de ensino superior, diante das

novas orientações para a gestão democrática da Educação.

O cenário da pesquisa foi uma instituição pública de ensino superior e os sujeitos da pesquisa foram assistentes sociais que nela trabalhavam no segundo semestre de 2015.

O objetivo geral da pesquisa foi, então, verificar como os/as assistentes sociais atuavam cotidianamente na construção coletiva da afirmação dos direitos sociais, políticos e culturais em um contexto institucional de emergência de novos espaços participativos. Para atingir esse intuito, foram perseguidos alguns objetivos específicos: descrever práticas de assistentes sociais que contribuam para a viabilização da participação dos cidadãos que compõem a comunidade universitária nos processos decisórios existentes na instituição; e identificar fatores limitadores ou potencializadores da contribuição dos/as assistentes sociais para a gestão democrática da Educação.

METODOLOGIA

O estudo foi orientado por uma abordagem qualitativa, composta de levantamento documental e de pesquisa empírica, realizados com o recurso da Análise de Conteúdo.

A pesquisa documental se voltou para documentos que tratavam das instâncias responsáveis pela gestão na instituição, realizada por meio de órgãos deliberativos, fiscalizatórios, administrativos, consultivos e de ensino, pesquisa e extensão e também das formas de participação de cada segmento da comunidade universitária nas instâncias decisórias. Constatou-se a democracia representativa como única forma institucionalizada de participação social em processos decisórios. Fóruns temáticos, rodas de conversa, consulta pública por via eletrônica, entre outras formas de a comunidade universitária opinar individualmente sobre determinados assuntos, têm ocorrido nos últimos anos. Porém, as mudanças estruturais propostas nestes espaços de discussão só podem ser efetivadas se aprovadas em processo deliberativo nos colegiados que têm predominância do segmento docente.

A pesquisa empírica, por sua vez, propiciou a análise da atuação dos/as assistentes sociais para a garantia da gestão democrática da educação no âmbito desta instituição. Ela teve como objeto a realidade específica de atuação dos/as profissionais de serviço social nas relações sociais e ocupacionais que se desenrolam no interior desta instituição. A instituição em que se realizou a pesquisa, de agora em diante denominada Universidade X⁵, se caracteriza como uma autarquia onde se realizam o ensino, a pesquisa e a extensão. Trata-se de um ambiente perpassado por várias políticas públicas e sociais (educação, saúde, cultura, ações afirmativas, ações de promoção dos direitos humanos, etc.).

⁵ Este termo substituirá, ao longo do texto, o nome da instituição federal de ensino superior em que se realizou esta pesquisa.

Optou-se por uma amostragem não probabilística que incluiu dez assistentes sociais como sujeitos da pesquisa. Os/as assistentes sociais foram escolhidos/as em cada setor que possuía este profissional exercendo atribuições privativas. No caso de setores no qual havia cinco ou mais assistentes sociais, foram entrevistados dois profissionais, a fim de complementar as informações sobre as práticas da equipe de que fazem parte. Os/as assistentes sociais entrevistados/as foram selecionados/as a partir dos seguintes critérios: nos setores em que havia menos de cinco assistentes sociais, seria entrevistado/a aquele/a que havia concluído a graduação há mais tempo; nos setores em que havia cinco ou mais assistentes sociais, aquele/a que havia concluído a graduação há mais tempo e também aquele/a que havia concluído a graduação há menos tempo. Foi excluído/a quem exercia cargo de coordenação. Na instituição, esses/as profissionais atuam em seis áreas: educação básica e profissional (ensino fundamental e médio), recursos humanos, hospital universitário, saúde do trabalhador e assessoria da reitoria. Uma vez que esses/as trabalhadores/as possuem relativa autonomia profissional, ao mesmo tempo em que, quando atuam em equipe, tendem a certa padronização de procedimentos. Além disso, cada um destes setores tem suas especificidades em seus serviços e nos processos de trabalho, elementos estes que compõem a realidade a ser estudada.

ORGANIZAÇÃO DOS DADOS DA PESQUISA EMPÍRICA

A pesquisa empírica foi realizada com o intuito de constatar a existência ou não de práticas que pudessem contribuir para a viabilização da participação social na Universidade X, bem como de verificar a existência de fatores que limitam ou potencializam a contribuição dos/as assistentes sociais para a gestão democrática da Educação. Para tanto, tal pesquisa foi realizada em vários setores da instituição em que havia assistentes sociais atuando cotidianamente. À época da realização desta pesquisa havia 45 assistentes sociais na instituição, sendo 42 servidores efetivos e três trabalhadores terceirizados. Destes, foram entrevistadas nove assistentes sociais do sexo feminino e um do sexo masculino. O grupo entrevistado é heterogêneo, dados os critérios da pesquisa. Dos/as entrevistados/as, dois estão na faixa etária de 21 a 30 anos; um na faixa de 31 a 40 anos; três na faixa 41 a 50 anos; dois na faixa de 51 a 60 anos e 01 acima de 61 anos. Entre eles/as há um que se formou em Serviço Social na década de 1970, dois na década de 1980, dois na década de 1990 e cinco na década de 2000. Quanto ao tempo de trabalho, dois estão vinculados à instituição há menos de 5 anos; dois, entre cinco e dez anos; dois, entre 11 e 15 anos e dois com mais de 25 anos na universidade. Quanto ao vínculo trabalhista, dos/as entrevistados/as, oito são trabalhadores/as com efetivos e dois têm o vínculo celetista. Oito deles/as estudaram em faculdade privada e/ou filantrópica, uma em Centro Universitário

privado e outra em universidade pública. A maioria dos/as entrevistados/as fez especialização com temas que vão desde a área específica de sua atuação até temas que perpassam o cotidiano profissional (Programas de transferência de renda, trabalho, educação, formação profissional, identidade profissional, Saúde do trabalhador, Idoso, cultura institucional, Trabalho do/a assistente social e Ética).

As entrevistas foram subdivididas em blocos constituídos de um grupo de perguntas cujas respostas trouxeram esclarecimentos sobre alguns aspectos que poderiam influir na práxis⁶ desses/as profissionais.

Quanto ao ambiente de trabalho, constatou-se que os setores da instituição em que se encontram assistentes sociais exercendo atividades privativas do Serviço Social representam exclusivamente estruturas organizacionais denominados Unidades especiais (um hospital, uma escola de ensino fundamental e uma escola de ensino médio e profissional); órgãos executivos (de Saúde do Trabalhador e de Recursos Humanos) e órgão assessor da Reitoria.

No bloco referente aos processos de trabalho nos quais estão envolvidos os/as assistentes sociais, foram elaboradas questões relacionadas à prática profissional cotidiana dos/as profissionais em seu local de trabalho. Entre as ações que estão sob a responsabilidade dos/as profissionais em seu setor de trabalho, foram relatadas diversas atividades de caráter pragmático e pontual como: atendimento direto individual a componentes da comunidade interna ou externa à Universidade, na forma de acolhimento destas pessoas, recebimento de suas demandas, encaminhamentos para diversos setores, dentro e fora da instituição; elaboração de pareceres; orientações; acompanhamento funcional de servidores da instituição; participação em projeto de inclusão de trabalhadores deficientes; acompanhamento funcional de adolescentes que trabalham na Universidade; análise socioeconômica e participação em processos de seleção de beneficiários de bolsas estudantis; encaminhamentos para o Conselho Tutelar por questão de frequência escolar; participação em reunião com os pais de estudantes; parcerias dentro da Universidade com setores que oferecem serviços por meio da extensão a fim de garantir atendimentos especializados como fonoaudiologia, psicologia; gestão de projeto que garanta auxílios financeiros a estudantes da educação básica na instituição. No entanto, foram encontradas ações propositivas, socioeducativas e de pesquisa, como, por exemplo, participação em projeto de ações educativas para adolescentes trabalhadores, participação em projetos de promoção da interação entre escola e família e pesquisas relacionadas aos estudantes da educação básica e suas demandas.

⁶ Refere-se, em geral, à ação, à atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que o torna basicamente diferente de todos os outros seres (PETROVIC, 2001).

No que diz respeito às demandas que chegam àqueles/as profissionais cotidianamente, identifica-se uma grande diversidade: pedidos de bolsas para participar de eventos, de atividades que são oferecidas pela Universidade, vagas em Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI) instalada no terreno da instituição, vaga em moradia universitária, mediação de conflitos, orientações, esclarecimentos, subsídio a perícias médicas, entre outras. Quanto às orientações, também são diversos os assuntos: educação infantil, educação básica, direitos de crianças, adolescentes, idosos e deficientes, assistência estudantil, questões familiares, benefícios assistenciais e previdenciários, Sistema Único de Saúde (SUS), aquisição de medicamentos especiais, cuidados de saúde, normas e trâmites institucionais. Outro fator preponderante na atuação dos/as profissionais de Serviço Social são os valores e princípios éticos que norteiam suas ações profissionais, isto é, em que se baseiam para optar por determinadas ações diante das demandas que se lhes apresentam. No momento da entrevista, cada profissional citou um ou mais valores, visto que estes compõem o Código de Ética dos Assistentes Sociais: autonomia, liberdade, direito a uma educação de qualidade, democratização das informações, respeito às diversidades, universalidade, busca do aperfeiçoamento profissional.

O fato de aqueles/as trabalhadores/as atuarem em uma instituição pública trouxe também, por parte de alguns, a reflexão sobre as normatizações legais, como citado abaixo: Quanto ao referencial teórico-metodológico utilizado no fazer profissional, constata-se a utilização de várias correntes teóricas além do marxismo. Foram citadas também a fenomenologia e a psicanálise. Para alguns profissionais, o conhecimento se complementa com as contribuições de cada uma delas.

Alguns/mas profissionais têm buscado o conhecimento específico da área em que atuam como educação, saúde, criança e adolescente, trabalho, recursos humanos etc.

Foram encontrados casos em que profissionais têm se baseado apenas nas regulamentações específicas da área de atuação e dos setores em que atuam.

Os instrumentais técnico-operativos utilizados nos setores de trabalho têm sido: entrevista, relatórios, formulários específicos dos processos seletivos em que há análise socioeconômica, registro de atendimentos, diário de campo, levantamento da história de vida, avaliação social, questionário, relatório, dinâmicas de grupo, roda de conversa, escuta qualificada, encaminhamentos, ALERT (sistema online da área da saúde), acompanhamento diário, protocolos e formulários próprios dos setores e da instituição e visitas domiciliares.

Uma questão relevante para a pesquisa é a elucidação sobre a realização de trabalho em equipe. Os dados coletados demonstraram que há casos em que os/as assistentes sociais trabalham em equipe composta somente destes profissionais, por não existirem profissionais técnicos de outras áreas em seu setor. Mas há setores em que, mesmo

existindo profissionais de diversas áreas, não ocorrem reuniões, sejam multi ou interdisciplinares, conforme pode-se perceber no depoimento abaixo. Mas existem setores em que os/as assistentes sociais encontram espaço na equipe formada por profissionais de diversas áreas. E também há setores em que existem as equipes com profissionais de diversas áreas, com reuniões periódicas. Porém estas não se caracterizam como interdisciplinares.

No bloco referente à atuação profissional, foi perguntado àqueles/as profissionais se o trabalho como Assistente Social pode contribuir para a gestão da Universidade X. Há os/as profissionais que consideram que a gestão é engessada, com centralização do poder nas mãos de um segmento da comunidade universitária. Neste grupo, há os que veem o excesso de trabalho como fator que dificulta a contribuição do/a assistente social para a gestão da universidade.

Em relação aos espaços de participação das pessoas atendidas pelos/as assistentes sociais na instituição, foi constatado que em alguns setores onde os/as entrevistados/as trabalham, existem aqueles em que não há acesso do público ao planejamento dos programas e das ações. Em outros, a única forma de participação dos/as usuários/as é por meio de uma pesquisa de satisfação, avaliação de algum grupo operativo de que faz parte ou de reclamação junto à Ouvidoria. Somente nos setores que representam as Unidades Especiais responsáveis pela educação básica e profissional foi identificado o funcionamento de grêmios estudantil e de Colegiados em que são chamados a participar, tanto os estudantes, quanto os seus pais, os trabalhadores e os professores. Uma unanimidade encontrada nesta pesquisa foi a valorização da participação por parte dos/as assistentes sociais entrevistados/as que a caracterizaram como “fundamental”, mas “restrita” e que “poderia e deveria ser ampliada”.

No bloco de perguntas referentes à visão do profissional a respeito do potencial de transformação do sujeito singular em um sujeito coletivo, percebe-se, entre a maioria dos/as assistentes sociais entrevistados/as, que não há proposição de formação de grupo(s)/movimento(s) formado(s) pelos/as usuários/as dos setores em que estes/as profissionais estão inseridos. Justifica-se a falta de mobilização dos/as usuários/as imputando-lhes a responsabilidade pela falta de articulação em torno de interesses comuns, pela comodidade da representação sindical ou estudantil, pelo imediatismo, pelo individualismo, pela falta de tempo, pela falta de interesse, por deixar de acreditar e pela falta de cultura política da Gestão Participativa. Quanto à visão dos/as profissionais a respeito da participação social como forma de aprendizado político, também se obteve um resultado representativo de total conformidade de opinião. Todos/as os/as assistentes sociais acreditam que a participação social interfere de maneira positiva na formação de um sujeito político. Ainda, para os/as entrevistados/as, o trabalho de um/a assistente social

pode contribuir na formação de um sujeito político por meio da orientação para a busca de efetivação dos direitos, do convencimento sobre o exercício da cidadania, da informação sobre a rede de serviços existente, da sensibilização e mobilização.

Nesse momento, destacam-se os elementos limitantes e/ou potencializadores da atuação profissional voltada para a promoção da participação social, elencados pelos/as entrevistados/as. Uma minoria dos/as entrevistados/as, afirma que não percebe forma alguma de promoção da participação social em seu trabalho. Para eles/as, isto ocorre devido à limitação da participação e hierarquização nos espaços de poder por parte da própria Universidade, burocracia, rotina e pragmatismo.

Para a maioria que respondeu positivamente, são fatores potencializadores: a autonomia⁷, a liberdade de atuação, o respaldo legal, a possibilidade de se fazer atendimentos individualizados em que se têm a possibilidade de orientação específica e a liberdade do /a profissional, a consciência profissional da obrigação ética de cumprimento dos ditames legais que referenciam o fazer profissional de Serviço Social em contraponto à cultura organizacional, além de equipe unida e com olhar interdisciplinar. Nesse grupo, há quem reconheça a existência de alguns elementos dificultadores como: diferença entre o que o/a profissional entende ser demanda dos usuários e os seus interesses ou necessidades, receio e insegurança de que os usuários e os/as próprios/as profissionais sofram perseguição por chefias ou por pessoas que ocupam cargo de gestão.

Sobre o conhecimento dos/as profissionais a respeito da existência de instância consultiva e/ou deliberativa em seu setor ou em sua unidade, foram encontrados/as quatro profissionais que desconheciam existir qualquer uma destas instâncias na universidade e até um/a trabalhador/a que confundiu uma instância executiva na qual trabalha como uma instância deliberativa. Dos/as entrevistados/as, apenas três pessoas afirmaram participar de alguma destas instâncias: uma participa de instância deliberativa existente em sua Unidade; outra em instituição representativa dos Técnicos Administrativos em Educação (TAE), mas sem assento em qualquer instância deliberativa ou consultiva; e outra participa, às vezes, quando convocada, para subsidiar com informações técnicas a instância deliberativa de sua Unidade.

Para obter subsídios para a construção de possíveis mudanças na atuação desse grupo de assistentes sociais, a pesquisa buscou conhecer como esse/a profissional agiria diante de condições de trabalho totalmente favoráveis, ou seja, se ele/a tivesse todos os recursos necessários, haveria algo a ser mudado em sua prática a fim de fortalecer a participação social? Nesse sentido, foi quase unânime a compreensão de que sempre há o que melhorar, seja com a ampliação e até mesmo a criação de canais de participação; revisão

⁷ Dentro dos limites orçamentários, de pessoal, das atribuições...

cotidiana da prática profissional e aumento de ações que fortaleçam essa conscientização social.

Houve uma pessoa que afirmou não ver necessidade, pois as demandas que chegam até ela são prontas e totalmente atendidas. Ao mesmo tempo, encontrou-se profissional que sentiu incômodo ao afirmar que houve um despertar com a questão colocada pela pesquisadora.

A fim de encontrar uma correlação entre as ações destes/as profissionais e suas atitudes como cidadãos/ãs e trabalhadores/as inseridos/as na Política de Educação, optou-se por identificar a participação em algum movimento social na Universidade X. Entre os/as entrevistados/as, oito não participavam de nenhum movimento social na instituição, sendo que três relatam já ter participado anteriormente. Os dois que afirmaram participar, se referiam a questões de interesse dos/as próprios/as trabalhadores/as.

Quanto à sindicalização, três não estavam ligados/as a nenhum sindicato e sete estavam sindicalizados/as. Daqueles/as que responderam negativamente, dois afirmaram que a insegurança representa o motivo principal de sua não adesão ao sindicato e um/a desligou-se do sindicato por ter se decepcionado em algum momento com o caminho que a entidade tomou. Dos/as que eram sindicalizados/as, somente uma tem participação ativa como membro de diretoria. Os/as outros/as confirmaram apenas estarem registrados/as em seus sindicatos e contribuírem financeiramente, sem outra forma de participação nestas instâncias.

ANÁLISE DOS DADOS

No que diz respeito às normas legais que definem a gestão democrática da educação no ensino público superior, a instituição X se fundamenta no texto constitucional e na LDBEN. Conta ainda com os ditames de seu Estatuto e de seu Regimento Geral. Tais documentos determinam as instâncias responsáveis pela gestão na universidade, que se realiza por meio de órgãos deliberativos, fiscalizatórios, administrativos, consultivos e de ensino, pesquisa e extensão. Mas, embora estejam previstos na legislação e existam organismos potencialmente propiciadores da gestão democrática na instituição, percebem-se alguns elementos que interferem negativamente na efetivação da participação social.

Em relação à representação, cada segmento que compõe a comunidade universitária participa de forma diferenciada nas instâncias decisórias, inclusive no processo de escolha do Reitor e Vice-reitor⁸, nas instâncias de controle social, na elaboração do PDI e na

⁸ Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários.

elaboração do orçamento da instituição.

Mesmo com todos estes órgãos em lugares que se percebem espaços para a participação social, na percepção dos/as assistentes sociais que contribuíram com a pesquisa, a gestão na instituição é conservadora, burocrática e centralizada do ponto de vista do poder. Para eles/elas, a representação desigual dos segmentos nas instâncias decisórias fragiliza o princípio da democracia representativa que, como visto anteriormente, contém em si mesmo restrição à democracia direta. Este elemento indica uma dificuldade de se realizar a gestão democrática na instituição.

A atuação dos/as assistentes sociais na dimensão da gestão democrática da educação, nesse contexto, tem sido fraca ou inexistente, em alguns casos, conforme os/as próprios/as profissionais. Foram apontados como elementos que dificultam e até cerceiam as suas ações, principalmente a limitação da participação social a espaços burocraticamente institucionalizados e a hierarquização nos espaços de poder, a burocracia, a rotina, o pragmatismo e uma cultura organizacional de supervalorização da democracia representativa. Ainda não há o reconhecimento da democracia direta que poderia ser materializada nos novos espaços participativos que já têm sido realizados na instituição a fim de colher ideias e sugestões dos/as discentes e de servidores/as TAE e docentes.

Porém, esses/as mesmos/as profissionais apontaram elementos potencializadores de ações voltadas para a promoção da participação social. Entre elas estão: a autonomia profissional, a liberdade de atuação profissional, o respaldo legal, a possibilidade de se fazer atendimentos individualizados, a existência de equipe interdisciplinar e também a consciência profissional da obrigação ética de cumprimento dos ditames legais que referenciam o fazer profissional de Serviço Social em contraponto à cultura organizacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados obtidos com as pesquisas documental e empírica, pôde ser constatado que as instâncias e as formas de participação dos componentes da comunidade universitária nos processos decisórios da instituição onde se realizou esta pesquisa estão bem definidas em seus documentos oficiais, o Regimento Interno e o Estatuto. Não resta dúvida de que há espaço para participação dos segmentos nas decisões institucionais. Porém de forma a privilegiar o segmento dos docentes em todos os órgãos colegiados. O que se observa na realidade concreta da instituição em que se realizou tal pesquisa é que existe a institucionalização da participação social, na qual está previsto algum grau de participação e decisão por parte dos estudantes, professores e TAE – mas que ainda

privilegia o segmento dos servidores docentes da instituição.

Os valores da democracia e da cidadania, com práticas deliberativas de forma coletiva e dialógica têm sido realizados na instituição, ainda que na forma representativa. Porém, no que diz respeito à partilha de poder entre os segmentos da comunidade universitária, esta instituição tem um longo caminho a percorrer. Observou-se, portanto, que a participação social, elemento primordial da gestão democrática, apresenta desafios importantes nesta instituição.

Quanto às práticas de assistentes sociais e sua contribuição para a viabilização da participação social na instituição, as ações apontadas por estes/as profissionais foram a orientação pelo uso dos direitos, o convencimento sobre o exercício da cidadania, a informação sobre a rede de serviços existente, a sensibilização e a problematização.

Foram enumerados limites à atuação destes/as profissionais para o fomento da participação social, porém sempre é necessário voltar os olhos para aqueles aspectos facilitadores desta ação. São elementos que podem ser utilizados por aqueles/as que se dispuserem a atuar na dimensão da garantia da gestão democrática na educação.

Para além dos objetivos propostos para este estudo, é importante salientar que não foi possível aprofundar em alguns aspectos que poderiam elucidar a temática da participação na gestão desta universidade. Dados os limites desta pesquisa e tendo em vista que os condicionantes da participação são múltiplos e estão fortemente vinculados à forma de organização e de gestão, além de não estarem circunscritos ao âmbito institucional, alguns pontos não puderam ser aprofundados, mas abrem possibilidades para novas pesquisas. São eles: a relação de poder no âmbito da sociedade e desta universidade; as diferenças entre a natureza, o papel, a finalidade e os interesses de cada um dos segmentos da comunidade universitária; a forma de organização institucional e a concepção de gestão predominante nesta universidade e suas implicações para o processo formativo nas dimensões técnico-científica e político-cultural, para as condições de trabalho dos servidores docentes e TAE, bem como para as condições de permanência dos/as discentes que entraram na Universidade pelos sistemas de cotas, ações afirmativas e de reservas de vagas; a relação entre as prioridades institucionais e a realização, em seu âmbito, da educação como um bem público e direito social; a relação entre os/as assistentes sociais da instituição e os movimentos sociais existentes no âmbito institucional etc.

Considera-se, portanto, que esta pesquisa representa o primeiro passo para uma grande caminhada rumo à descoberta de elementos que possam facilitar a compreensão da concepção de educação e da forma de gestão assumidos nesta universidade. Acredita-se que este pode ser um dos caminhos para a qualificação profissional dos/as assistentes sociais que se dispuserem a auxiliar a comunidade universitária a discutir e decidir democraticamente a universidade que se deseja.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995. Altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários. Diário Oficial da União, Brasília, 22 dez. 1995.

BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. lei nº 13.005, de 25 junho de 2014. Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 jun.2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (BRASIL). Código de ética do assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, 2006.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. 2013. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf. > Acesso em: 14 dez. 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais. 1ªed. Brasília: CFESS /ABEPSS, 2009, v. 1, p. 341-375.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In CFESS. Atribuições privativas do/a assistente social em questão. 1ª Ed. ampliada. Brasília: CFESS, 2012.

PETROVIC, Gajo. 2001. Práxis. In: Tom Bottomore (Ed.). Dicionário do Pensamento Marxista. (Trad. Waltensir Dutra) Rio de Janeiro: Zahar, pp.292-6. [1983]

VIEIRA, E. T.; SANTOS, E. H.. A reforma do Estado e a gestão democrática na universidade pública brasileira. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO SOCIAL, v. 9, p. 135, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/apgs/article/view/5103/html>> Acesso em 28 mai. 2019.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, E. H.. Gestão Social e Gestão Democrática da Educação: Uma breve reflexão. In: IV CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar, 2015, Foz do Iguaçu. Anais do IV CONINTER - Congresso Internacional Interdisciplinar. Foz do Iguaçu, 2015. v.01. p.180-190. Disponível em: <[http://www.aninter.com.br/Anais%20Coninter%204/GT%2022/04.%20A%20RELACAO%20ENTRE%20GESTAO%20SOCIAL%20E%20GESTAO%20DEMOCRATICA.p](http://www.aninter.com.br/Anais%20Coninter%204/GT%2022/04.%20A%20RELACAO%20ENTRE%20GESTAO%20SOCIAL%20E%20GESTAO%20DEMOCRATICA.pdf)df> Acesso em 28 mai. 2019.